



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 5 de dezembro de 2012

A CRITICA

Guerra fiscal: anteprojeto poupa Zona Franca de Manaus 1
VEICULAÇÃO LOCAL

AMAZONAS EM TEMPO

Mantega sinaliza ICMS diferenciado para o Amazonas 2
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Nova regra na Zona Franca divide o setor 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DO HOLANDA

GOVERNO DIFERENCIA ZFM NA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DO ICMS 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

CBN-MANAUS

Unificação do ICMS: ZFM agora nas mãos do Senado 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

BLOG DO MARCOS SANTOS

Mantega propõe ICMS de 4%, exceto na Zona Franca de Manaus, que pode manter 12%. Proposta ainda passa pelo Congresso 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO DA AMAZÔNIA

PIM demitiu excessivamente, mas também contratou 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Guerra fiscal: anteprojeto poupa <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Modelo de desenvolvimento é excluído da regra geral sobre a proposta de unificação da alíquota do ICMS interestadual

Manaus, 05 de Dezembro de 2012

CARLOS BRANCO

Ministro Guido Mantega foi ouvido por membros do CAE do Senado (Divulgação)

Caberá ao plenário do Senado aprovar ou não projeto de resolução do Governo Federal que diferencia a Zona Franca de Manaus na proposta de unificação em 4% de alíquota do ICMS interestadual. Antes disso, a matéria necessita ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para, depois, ir ao plenário e ser promulgada pelo presidente da Casa.

Em reunião nesta terça-feira (04) pela manhã nessa comissão, o ministro Guido Mantega entregou aos senadores dois anteprojetos de resolução sobre a proposta de unificação

do ICMS. Num deles, a ZFM não perde nada, mantém sua alíquota de 12%.

“Para nós, o encaminhamento feito pelo Governo Federal é perfeito. Segue o mesmo tratamento que nos foi dado em relação à tributação dos importados, com o fim de acabar com a guerra dos portos, quando fomos excluídos da regra geral”, comemorou o secretário executivo da Sefaz-AM, Afonso Lobo.

Em termos práticos, o projeto de resolução apresentada ontem por Mantega deixa a ZFM de fora da tabela de regressão com a redução da alíquota em 1% a partir de 30 de junho de 2013 para todos os Estados. Em 2020, todos estarão praticando uma alíquota unificada de 4%. Hoje ela varia de 7% a 12%.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega sinaliza <u>ICMS</u> diferenciado para o <u>Amazonas</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

O Amazonas deve ganhar o apoio do Governo Federal para preservar as prerrogativas constitucionais da Zona Franca de Manaus (ZFM) no projeto que unifica em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais.

A sinalização positiva partiu do ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), ontem (4).

Na ocasião, o ministro apresentou duas propostas aos senadores presentes, sendo que uma delas diferencia a situação da ZFM, como reivindica o Amazonas. Essa mesma proposta mantém também o status atual de recolhimento do ICMS nas operações interestaduais com gás natural.

A medida beneficiará o Mato Grosso do Sul, Estado onde é feito a nacionalização do gás vindo da Bolívia.

A outra proposta não prevê que a ZFM fique de fora da tabela de regressão com a redução da alíquota em 1% a partir de 2014 para todos os Estados. A meta é que, até 2020, todas as unidades da Federação estejam praticando a alíquota unificada de 4%. Desta forma, a ZFM perderia a alíquota de 12%.

Confrontado pela senadora Vanessa Grazziotin sobre as perdas que o Amazonas teria com essa segunda proposta, o ministro Guido Mantega destacou que a parlamentar “deveria falar mais em ganho”, postura que foi compreendida

como um sinal que o Governo Federal vai apoiar a proposta que beneficia o Amazonas.

“Estamos satisfeitos com os 12%. Tratar a Zona Franca de forma diferenciada não é só importante para Manaus e o Norte”, afirmou Vanessa Grazziotin.

O assessor da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Afonso Lobo, que está cotado para assumir a pasta com a provável saída do titular atual do cargo, Isper Abraham, a tendência é que o Governo Federal apoie no Senado a proposta defendida pelo Amazonas.

“Podemos afirmar que, se depender do Governo Federal, os interesses da ZFM e do Estado vão ser preservados”, avaliou.

A votação do projeto que unifica em 4% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais deverá ocorrer somente em 2013. O projeto de unificação do ICMS deve ser apresentada pelo Senado, que será responsável por fixar as alíquotas do imposto por meio de projeto de resolução.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Nova regra na <u>Zona Franca</u> divide o setor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Óculos Governo avalia dispensar a exigência, que já tem cerca de 30 anos, de produzir hastes e lentes no país

Marina Falcão

Uma proposta de flexibilizar as regras de fabricação de óculos de sol na Zona Franca de Manaus, atualmente em análise pelo governo, dividiu as empresas do setor ótico em dois grupos.

O projeto inclui alteração do processo produtivo básico (**PPB**) do acessório. Na prática, prevê incentivo fiscal para empresas que quiserem montar óculos de sol na Zona Franca sem a exigência de fabricação das lentes e hastes em território nacional, um requisito existente há mais de três décadas.

A ideia, que ficou em consulta pública em novembro, surgiu de um grupo de empresas que une a Da Vinci, que trabalha com uma marca própria, a CMC, parceira de grifes como Carmim e Cavallera, e a Technos, que começou a entrar no ramo de óculos de sol com a marca Euro. Mas pelo menos 12 fabricantes e importadores, reunidos em torno da Associação Brasileira da Indústria Óptica (Abióptica), acham a proposta desastrosa.

Bento Alcoforado, presidente da Abióptica, diz que o novo **PPB** posicionaria o Brasil como mero montador de óculos de sol. Ele diz que a mudança nas regras, da forma como foi sugerida, diminui a competitividade de empresas que estão investindo em produção, além de prejudicar os atuais importadores.

As importações representam hoje 70% do mercado óptico nacional, que vai faturar R\$ 19,5 bilhões neste ano, alta de 18,2% em relação ao ano passado, de acordo com projeção da Abióptica.

Ainda que pontualmente, algumas empresas estão ampliando a produção local. Para tanto, o grupo Luxottica, maior fabricante de óculos do mundo, adquiriu a Tecnol, de Campinas (SP) no ano passado. Atualmente, a Luxottica já fabrica 100% dos óculos da grife Vogue no Brasil e planeja, para 2013, começar a produção de Ray-Ban e Oakley.

Luca Lisandrini, presidente da Luxottica no Brasil, diz que o novo **PPB** pode abrir as portas do país para a atividade de só acabamento das peças, o que seria negativo para o desenvolvimento de inovação e tecnologia em território nacional. Para Lisandrini, o mais grave é que o texto da proposta não está claro, pois há o uso da palavra formatação (das hastes e frontais), cujo significado é pouco preciso.

Porém, o que a Abióptica chama de montagem, Marco Cavalli, presidente da Da Vinci, garante que se trata de produção, principalmente se considerados os produtos em fibra de carbono. Segundo Cavalli, nenhum fabricante hoje no setor óptico faz todas as etapas, todos terceirizam as lentes. Os processos mudaram, a tecnologia mudou. E o antigo **PPB** não previa esses novos processos, impedindo o desenvolvimento da indústria óptica no Brasil, diz Cavalli.

Para o empresário, se um bloco de empresas que produzem (ou montam) se instalar na Zona Franca, fabricantes exclusivos de lentes seriam atraídos para o local. Cavalli cita que a Essilor é uma das interessadas em produzir lentes de sol em Manaus, caso haja uma demanda garantida. Nenhum executivo da Essilor foi encontrado para comentar o assunto.

Javier Rusansky, diretor da Mormaii, empresa ligada à Abióptica, concorda que o atual **PPB** é inviável devido à exigência da fabricação das lentes. No entanto, diz Rusansky, é preciso um mínimo de atividade industrial que agregue valor ao produto do Brasil. No caso dos óculos de plástico, seria preciso exigir pelo menos a injeção na forma e a pintura no Brasil. E o novo **PPB** só prevê o requisito da etapa de acabamento, afirma Rusansky.

Situada em Santa Catarina, a fábrica da Mormaii no Brasil emprega 170 pessoas.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é a favor do novo **PPB** no formato proposto pela Da Vinci, CMC e Technos. Para Gustavo Igrejas, Superintendente de projetos da Suframa, a flexibilização das regras pode ajudar a combater a informalidade nas importações.

Para Igrejas, as mudanças são necessárias porque as regras antigas têm 30 anos e as condições do mercado

mudaram muito após abertura do **mercado** na primeira metade da década de 90.

Além disso, afirma Igrejas, a dispensa total de fabricação das lentes no **Brasil** ocorrerá apenas nos anos de 2013 e 2014 e para empresas que produzirem até 1 milhão de peças por ano, segundo a proposta em análise.

O novo **PPB** prevê que, em 2015, 25% dos óculos produzidos por cada companhia na **Zona Franca** precisará ser com lente nacional. Em 2016, a exigência passa para 50% e, de 2017 em diante, para 75%. Acima de um milhão de

peças anuais, a fabricação das lentes no **Brasil** passa a ser obrigatória.

O **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** tem até 120 dias para dar uma definição sobre o novo **PPB** de óculos de sol. O prazo conta a partir do dia 27 de novembro, data em que foi encerrada a consulta pública sobre o assunto.



VEÍCULO
PORTAL DO HOLANDA

EDITORIA

TÍTULO
GOVERNO DIFERENCIA ZFM NA PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DO ICMS

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, ressaltou nesta terça (04), na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), os ganhos do Amazonas com a nova proposta do Governo Federal sobre a unificação da alíquota do ICMS dos Estados, cujo objetivo é acabar com a guerra fiscal no país. O ministro entregou aos senadores dois anteprojetos, sendo que um deles diferencia a situação da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Pela proposta, a Zona Franca está fora da tabela de regressão com a redução da alíquota em 1% a partir de 2014 para todos os Estados. Em 2020, todos estarão praticando uma alíquota unificada de 4%. A Zona Franca não perde nada e mantém sua alíquota de 12%.

Questionado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre a outra proposta que coloca o Amazonas na mesma situação dos demais, causando perdas da ordem de 80% na arrecadação, o ministro brincou com a senadora amazonense: “A senadora Vanessa fez colocação de perdas se não for aprovado dessa forma (a proposta que diferencia

a ZFM), mas na verdade ela deveria falar mais em ganho”, sorriu.

Segundo ele, o governo levou em consideração as diferenças regionais para propor o anteprojeto que não mexe com a Zona Franca e nem com o Amazonas.

“Estamos satisfeitos com os 12%. Tratar a Zona Franca de forma diferenciada não é só importante para Manaus e o Norte, mas para todo o mundo”, disse a senadora ao ministro, referindo-se aos 98% de preservação da cobertura florestal do Estado.

Cabe ao Senado fixar as alíquotas do ICMS por meio de projeto de resolução. A matéria necessita ser votada na CAE para ir ao plenário e ser promulgada pelo presidente da Casa

	VEÍCULO CBN-MANAUS	EDITORIA	
	TÍTULO Unificação do ICMS: ZFM agora nas mãos do Senado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A manutenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 12% para a Zona Franca de Manaus (ZFM) está, agora, nas mãos do plenário do Senado.

Ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a Casa recebeu das mãos do Ministro Guido Mantega, dois anteprojotos de resolução sobre a proposta de unificação do imposto em 4% da alíquota interestadual.

Em um deles, a **ZFM** não perde nada. Mantém a alíquota de 12%. Em termos práticos, disse o secretário executivo da Fazenda do **Amazonas**, o projeto de resolução deixa a **ZFM** de fora da tabela de regressão com a educação da alíquota em 1% a partir de junho de 2013 para todos os

Estados. Em 2020, todos estarão praticando a alíquota unificada de 4%.

Antes de propor a unificação, um estudo do **Governo Federal** apontou uma perda de 75% da arrecadação do **ICMS** oriundo da indústria, pelo **Amazonas** fez.

Para a senadopra Vamessa Grazziotin (PC do B), “tratar a **ZFM** de forma diferenciada não é **importante** apenas para **Manaus** ou para Região Norte, mas para todo o planeta.” A senadora referia-se aos 98% de preservação da cobertura florestal do **Amazonas**.

	VEÍCULO BLOG DO MARCOS SANTOS	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega propõe ICMS de 4%, exceto na Zona Franca de Manaus, que pode manter 12%. Proposta ainda passa pelo Congresso		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, acaba de propor a redução do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** para 4%, em todos os Estados. A proposta, segundo o **Superintendente** da **Zona Franca de Manaus (Suframa)**, Thomaz Nogueira, ressalva apenas o **Amazonas**, que poderá manter a alíquota de 12%. Mantega participa da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado Federal, quando apresenta ações do **Governo Federal** para o enfrentamento da crise econômica mundial.

Outras medidas, anunciadas recentemente, devem reduzir o preço da energia elétrica na indústria em até 20%.

A mudança no **ICMS** terá forte oposição dos governadores, uma vez que o imposto é a principal fonte de receita dos Estados, devendo encontrar muita dificuldade para passar pelo crivo do Congresso Nacional. O ministro, porém, afirma que a mudança “abre caminho para melhoria da estrutura tributária brasileira e para o aumento de investimentos, abrindo caminho para o crescimento dos vários Estados”.

	VEÍCULO CORREIO DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO PIM demitiu excessivamente, mas também contratou		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A notícia de que mais de 21 mil trabalhadores teriam sido demitidos do Polo Industrial de Manaus – PIM, de janeiro a novembro de este ano, chamou a atenção de autoridades e sindicalistas, que recorreram ao setor de homologações do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, para checar números e dados referentes à notícia veiculada.

Para o diretor de comunicação do sindicato, Sidney Malaquias, passou pelo setor de homologações 21.597 demissões de trabalhadores, sendo, 13.725 homens e 7.872 mulheres. Um número 55,45% superior quando comparado com as 13.893 demissões registradas em 2011. Entretanto, esses números são referentes, unicamente, às homologações de demissões. “O Sindicato ainda não tem controle das contratações”, sinaliza.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, a diretoria tem registrado um patamar de até 25% de rotatividade da mão de obra dentro das

empresas do PIM. Devido as sucessivas crises registradas ente ano, as empresas estão fazendo opção por demitir trabalhadores com melhor remuneração por trabalhadores com salários mais baixos.

Valdemir citou o caso de ferramenteiros, que tinham 20 anos de fábrica, com salário superior a R\$ 3.500,00 e foram demitidos por trabalhadores com salários, que muitas vezes não chega a R\$ 2.000,00. Os soldadores técnicos, também passaram pelo mesmo problema. O Sindicato não tem controle das contratações, só das demissões. Fato que sugere um número maior de trabalhadores fora do emprego, maior que a realidade do PIM.

Os campeões de demissões, segundo o presidente, foi o polo de duas rodas, que teve queda substancial nas vendas de motos de pequena cilindradas. Quanto às de alta, o mercado está aquecido, mas, entretanto não tem refletido na contratação de trabalhadores.